

PENÉLOPE

FAZER E DESFAZER A HISTÓRIA

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL — Nº 7 • 1992

DIRECTOR
A. M. HESPAHNA

REDACÇÃO

Álvaro Ferreira da Silva (FE-UNL); Amélia Aguiar Andrade (FCSH-UNL); António Costa Pinto (CENCP-ISCITE); António M. Hespahna (ICS); Bernardo Vasconcelos e Sousa (FCSH-UNL); Carlos Fabião (FLU); Fernando Rosas (FCSH-UNL); Helder A. Fonseca (UE); José Manuel Sobral (ICS); Luís Krus (FCSH-UNL); Luís Ramalhosa Guerreiro; Mafalda Soares da Cunha (UE); Maria Alexandre Lousada (FLU); Nuno Gonçalo Monteiro (ICS); Nuno Severiano Teixeira (UE/UCP); Rui Ramos (ICS); Valentim Alexandre (ICS); Vítor Serrão (FLUC); Secretário da Redacção: João Carlos Cardoso

Propriedade do título: Cooperativa Penélope. Fazer e Desfazer a História
Subsídios à Redacção da J.N.I.C.T. e S.E.C.

Nota: Os originais recebidos, mesmo quando solicitados, não serão devolvidos.

© EDIÇÕES COSMOS
e Cooperativa Penélope

Reservados todos os direitos
de acordo com a legislação em vigor

Fotolitos: Joerma - Artes Gráficas, Lda
Impressão da capa: Gráfica Eme Silva, Lda
Impressão e acabamentos: EDIÇÕES COSMOS

1ª edição: Abril de 1992
Depósito Legal: 49152/91
ISSN: 0871-7486

Difusão

LIVRARIA ARCO-ÍRIS

Av. Júlio Dinis, 6-A Lojas 23 e 30 — P. 1000 Lisboa
Telefones: 76 08 25 • 797 26 61 • 795 51 40
Fax: (1) 76 97 13 • Telex 62393 VERSUS-P

Distribuição

EDIÇÕES COSMOS

Rua da Emenda, 111-1º — 1200 Lisboa
Telefones: 342 20 50 • 346 82 01
Fax: 347 82 55

Moura – um Projecto de Investigação em Arqueologia Medieval e Moderna

Santiago Macias

(Desenhos de Carlos Rico)

1. Castelo de Moura — Breve Notícia Histórica e Arqueológica

Moura — época romana

O antigo termo de Moura abrangia uma área mais vasta que a actual. Espaço habitado por comunidades agropastoris e mineiras que ao longo de milénios aí trabalharam e viveram, era cruzado por uma importante via, a mesma que na Antiguidade punha em contacto os centros urbanos do Sul de Espanha com a parte do Portugal romano correspondente ao Alentejo actual.

Esta zona, vasto espaço ponteadado por ricos solos de aluvião, quase impôs a fixação das populações. Assim se desencadearam importantes núcleos de povoamento nas margens do Guadiana e do Ardila, ou junto à ribeira de S. Pedro, onde uma fértil faixa de terrenos se conjugava com a riqueza metalífera das Serras da Adiça e da Preguiça. Esses terrenos tiveram, na época romana, uma vida económica intensa, na qual desempenharam papel de relevo as *villae* que envolviam a *Civitas Aruccitana*.

A ocupação romana de Moura teve, porém, o seu principal núcleo no perímetro do castelo, local onde ocasionalmente se têm encontrado materiais que testemunham a importância dessa presença¹.

A concentração de fragmentos arquitectónicos de qualidade no castelo permitem-nos supor a existência de uma encenação de espaços ligados ao aparelho do poder, o qual faria sentir o seu peso através das construções aí erguidas.

Moura — época islâmica

Moura teve, na época islâmica, uma importância reduzida enquanto centro urbano, por comparação com outras povoações do Sul da Península, facto atestado pela escassez de referências documentais coevas: uma das raras menções ao povoado é a de Ibn Alfaradi, que assinala Moura como «castelo da província de Beja»².

¹ Alarcão, 1990.

² Lopes, 1911, p. 67.

Integrada em meados do século XI nos domínios de Almutadide Billahi, poderoso chefe militar do Sul da Península que mandou erigir uma torre em Moura³, viria a ser reconquistada em 1232.

Na tradição oral permanecem as referências à lendária alcaideça Salúquia, palavra árabe que designa, em numerosas fortificações do Levante Peninsular, a parte central de uma fortificação. Os elementos arquitectónicos existentes não permitem, no entanto, avançar com hipóteses devidamente fundamentadas nesse sentido, sendo a intervenção arqueológica a única forma de acesso a um conhecimento mais pormenorizado dessa situação.

A importância da presença islâmica na área do castelo é-nos indicada pela lápide de Almutadide e pelos dois torreões em taipa que ainda restam da fortificação dessa época: a mais importante situa-se sobre a entrada do recinto, tendo na face principal gigantescos silhares pintados a cal, processo decorativo utilizado sobretudo no período pós-califal⁴.

Do castelo provém igualmente um pequeno lote de cerâmica, com particular relevo para um conjunto de candis califais, bem como uma pequena arca em marfim datada da época almóade⁵.

Moura — época cristã medieval

A Reconquista marcou o início de um processo de disputa entre os reinos de Portugal e Castela em torno da margem esquerda do Guadiana.

A integração definitiva deste espaço na coroa portuguesa teria lugar em 1295, decorrendo pouco depois a primeira grande campanha de obras no castelo de Moura: em 1320 a Ordem de Avis doou a D. Dinis um terço das igrejas de Moura e Serpa para o «refazimento e mantimento dos alcaçeres dos ditos castellos»⁶.

Nas crónicas do século XVIII, D. Dinis é ainda referido como o impulsionador dessas obras. Afirma Luiz d'Almeida Cabral que esse monarca levantou o castelo «vestindo de cantaria toda a obra, que era de formigam»⁷. Mais preciso a esse respeito, Diogo Vaz Paschoal escreveu que «além dos muros e torres antigas, tem cinco torres de pedra de cantaria branca, e outros baluartes da mesma obra, que tudo no modo mostra ser de formação d'el rey D. Dinis»⁸.

A importância do povoado intramuros vai, no entanto, decrescendo à medida que os anos passam. Em 1361 é passada carta de privilégio aos moradores da cerca de Moura, na qual lhes era dada paridade em relação aos moradores do arrabalde, em questões de representatividade judicial. Era ainda dada licença de construção no

³ Nykl, 1940, pp. 401-403.

⁴ Torres Balbás, pp. 560 e 583.

⁵ Macias, 1987.

⁶ Macias, 1986, p. 254.

⁷ Idem.

⁸ Idem.

prazo de um ano a todos aqueles que quisessem disfrutar de tais privilégios, o que pressupõe um certo abandono daquela área da cidade. O castelo ia efectivamente perdendo importância como local de habitação: a cidade organizava-se sobretudo em volta da igreja de S. João Baptista e nas ruas circundantes, as do Espírito Santo, da Romeira e Longa.

Para além da parte do castelo habitada pela população, podemos distinguir uma outra, no extremo do recinto murado: a alcáçova, protegida por uma muralha própria, com existência autónoma, local de habitação dos senhores da cidade. Nesse sentido aponta, aliás, a tradição expressa nas Memórias Paroquiais: «para o occidente fazia gallaria do castello hum pallácio excellente que acestiam os governadores da villa».

A planta de Duarte Darmas mostra-nos um complexo habitacional organizado em volta de um espaço central, onde se encontravam um poço e um laranjal. Se o poço dava uma certa independência face ao exterior, o laranjal é uma tradição que vem da época islâmica e esteve muito em voga nos palácios portugueses dos finais do século XV.

Essa autonomia da alcáçova era ainda acentuada pela porta falsa, que abria directamente ao exterior e pelo forte amuralhamento que a rodeava e fazia dela uma célula independente.

Os dados de que dispomos sobre a campanha de obras do século XVI são escasos e ambíguos. Em 1510 fazia-se referência à presença em Moura de Francisco de Arruda nos seguintes termos: «o dito pedreiro he paguo das primeiras duas pagas e nom tem feitas nem acabadas as ditas obras de Moura e Mourã, e em Moura tem menos que fazer (...)»⁹.

Os trabalhos de Arruda, que provavelmente trabalhou na porta de entrada para o castelo (fig. 1), poderão ter contribuído para alterações significativas na alcáçova e na própria torre de menagem, tipologicamente semelhante a outras em que o mestre construtor trabalhou.

Moura — épocas moderna e contemporânea

O castelo parece ter perdido com uma certa rapidez a sua importância como área militar, factor a que não será alheia a evolução da artilharia e a necessidade de um novo tipo de fortificações.

Após a Guerra da Restauração, a construção de uma nova cerca veio a determinar o rápido esquecimento da acrópole. A barbacã da muralha sul foi completamente destruída e o seu espaço ocupado por edifícios. A do muro norte foi facilmente aproveitada, devido às suas excepcionais condições estratégicas, passando a integrar a fortificação moderna.

Em 1707, a tomada da praça de Moura pelo Duque de Osuna, que mandou minar as muralhas, veio a acelerar o processo de destruição.

⁹ Viterbo, 1899, pp. 55-56.

Com a extinção de Moura como praça fronteiriça em 1805, a destruição quase completa das muralhas não tardou. Em 1809 instalou-se na cidade, por conta da Fazenda, uma fábrica de salitre que utilizou como matéria-prima para a sua produção os muros do castelo, especialmente os de taipa¹⁰.

A intervenção dos concessionários dessa exploração terá sido particularmente violenta: no muro norte, onde eram obtidos os melhores resultados, a devastação foi quase total, tendo sido destruída uma grande extensão de muralha, bem como alguns torreões situados nessa área.

A actividade da fábrica foi interrompida em 1826: em 1850 pensou-se em retomar a laboração, projecto abandonado pouco depois por a superfície das muralhas ainda existentes se ter mostrado insuficiente para manter uma unidade de produção.

Sensivelmente na mesma altura concluiu-se a demolição da muralha oeste da alcáçova, obra levada a cabo pelo seu proprietário, José Pimenta Calça, que construiu no mesmo local o Lagar da Vista Alegre.

2. Projectos de Intervenção Arqueológica no Castelo de Moura: Investigar/Musealizar/Divulgar

O estudo exaustivo de um local como o Castelo de Moura só é possível mediante uma intervenção que compreenda simultaneamente o levantamento e análise das fontes escritas, a compreensão das estruturas arquitectónicas (militares, civis e religiosas) que sobreviveram ao passar dos séculos, trabalhos complementados por campanhas sucessivas de escavações arqueológicas que permitam dar as respostas que outro tipo de abordagem não permite alcançar. Disso se apercebeu uma equipa de arqueólogos da Universidade de Évora, chefiada pelo Dr. Jorge Pinho Monteiro, que procedeu a duas campanhas de escavação (em 1980 e 1981), projecto entretanto interrompido devido à morte prematura daquele investigador.

O projecto de intervenção arqueológica só seria retomado em 1989, assente nos seguintes pressupostos:

- a) Estudo histórico do Castelo de Moura entre os séculos X e XVIII, ou seja, entre o início do período califal e o abandono do sítio como praça militar;
- b) Recuperação arquitectónica e urbanística do Castelo, uma vez que o sítio, a despeito da sua forte carga simbólica, se encontra bastante degradado e a necessitar intervenção urgente neste âmbito;
- c) Criação de um percurso de visita na alcáçova, a concretizar mediante a recuperação e musealização da Torre de Menagem.

As campanhas levadas a cabo no início dos anos oitenta tinham permitido obter tanto uma primeira leitura sobre a sucessão diacrónica da ocupação do Castelo de Moura como uma apreciável recolha de materiais cerâmicos, nos quais assumia

¹⁰ Macias, 1986, p. 265.

papel de relevo o espólio referente ao período califal — taifas — séculos X-XII (figs. 2 e 3) — e aos séculos XVII-XVIII.

O retomar das escavações, ocorrido no Verão de 1989, visou, em primeiro lugar, a compreensão dos estratos de ocupação pós-medievais, os quais são suficientemente importantes para merecer não só um estudo cuidado como a sua preservação.

O estado de degradação que o local (fig. 4) tinha atingido obrigou a uma prolongada operação de limpeza, após a qual foi finalmente possível dar início à escavação, que teve até ao momento duas campanhas (Agosto/Setembro de 1989 e Junho/Julho de 1990), às quais correspondeu a abertura de uma área de intervenção de cerca de 300 m², com resultados menos importantes no primeiro ano (fig. 5) que no segundo (fig. 6).

A escavação por nós realizada permitiu, até ao momento, a identificação de um conjunto de estruturas que correspondem a uma das últimas fases de ocupação do castelo pelo aquartelamento militar que se instalou no local após a Guerra da Restauração¹¹. Esta conclusão preliminar está claramente comprovada tanto pelos restos arquitectónicos encontrados como pelos materiais recolhidos, os quais se enquadram maioritariamente numa cronologia seiscentista ou setecentista, embora as condições específicas em que a escavação se desenrola proporcionem a recolha de materiais antigos (romanos ou islâmicos, por exemplo) fora de contexto.

O espólio cerâmico predomina de forma bastante nítida, designadamente através das peças de cerâmica vidrada azul e branca (figs. 7 e 8), embora nos surja também em Moura cerâmica de cariz regional, presente, por exemplo, num curioso fundo de prato decorado com a técnica do *empedrado* e no qual se identificam as cinco quinas enquadradas por uma decoração ainda próxima da tradição islâmica (fig. 9).

Destaca-se ainda, do conjunto de peças exumado, uma colecção de mais de três dezenas de fragmentos de cachimbos em cerâmica, testemunho inequívoco da ocupação do sítio por sucessivas companhias de soldados (figs. 10 e 11).

O estudo completo destes estratos pós-medievais implicará, nas próximas campanhas, uma escavação em área que abra ainda mais a área já prospectada e que permita ter uma visão de conjunto sobre as estruturas habitacionais seiscentistas e setecentistas da alcáçova e que possibilite a tomada de opções sobre as zonas a preservar na íntegra.

Procura-se ainda, com esta intervenção, vir a obter respostas sobre a organização urbana intramuros e sobre os diferentes espaços do *habitat* (e respectivas funções), bem como, numa fase posterior, proceder ao estudo exaustivo sobre os sistemas defensivos da acrópole. A longo prazo o projecto abrange ainda o estudo da história urbana do povoado medieval e moderno, com particular incidência na análise da evolução do tecido urbano.

¹¹ Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar, mapa 3042/2 — 21A-105.

O segundo ponto deste projecto inclui, conforme foi dito, a recuperação arquitectónica e urbanística do monumento (de acordo com os pressupostos do *Plano de Salvaguarda e Reabilitação do Centro Histórico de Moura* do Arq. José Lamas, lançado em 1987 e neste momento a aguardar concretização). A Câmara Municipal de Moura e a Associação de Defesa do Património local elaboraram ainda um protocolo de colaboração em 1989, do qual resultou a apresentação ao *Programa de Valorização dos Castelos* (I.P.P.C.) de um plano de intervenção para o Castelo de Moura, projecto aprovado por aquele instituto em Novembro de 1989 e suspenso pela autarquia em Janeiro de 1990.

O último ponto do programa em curso diz, enfim, respeito à divulgação do sítio junto da população, vector de particular importância, embora demasiadas vezes esquecido. A valorização do património histórico e museológico de Moura foi alvo de uma renovada atenção a partir de 1988, altura em que se deu início à musealização de novos espaços — com particular destaque para a exposição *Moura na época romana* (fig. 12) —, trabalho que permitiu reestudar parte das colecções do Museu Municipal e criar condições para a apresentação de novos projectos, tendentes à valorização de espaços até então votados ao abandono.

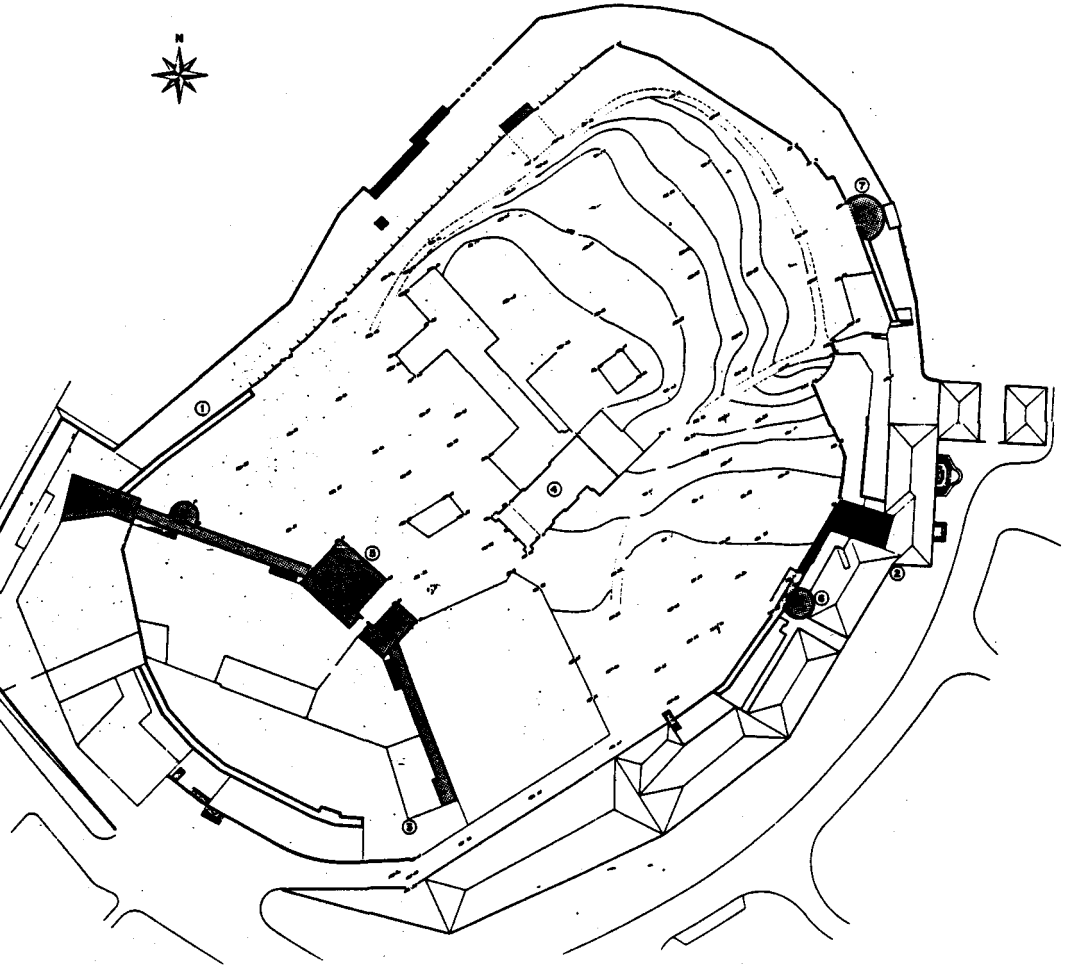
A intervenção arqueológica no Castelo de Moura teve, desde o primeiro momento, a intenção de valorizar museologicamente tanto o perímetro da escavação como os espaços circundantes, objectivo que levou à apresentação por parte da autarquia, em Março de 1990, de um projecto de musealização da Torre de Menagem do castelo (situada junto à escavação). Tencionava-se, então, criar ao mesmo tempo um percurso de visita no interior da alcáçova que permitisse, ao mesmo tempo, a subida à própria torre, edificação construída no séc. XIV e refeita nos princípios do séc. XVI.

O projecto conta com o apoio técnico do Campo Arqueológico de Mértola e do Museu Regional de Beja e tem a colaboração científica da Dr^a Conceição Lopes (Faculdade de Letras de Coimbra), para o estudo dos materiais romanos que venham a surgir no decorrer da escavação ou para proceder a uma intervenção nos estratos correspondentes a esse período, caso tal se venha a justificar.

A Câmara Municipal de Moura tem assegurado até ao momento o financiamento na íntegra do plano de investigação acima explanado, estando as intervenções futuras dependentes da mobilização de recursos financeiros de maior vulto, destinados às escavações e, sobretudo, ao desenvolvimento dos programas de recuperação de todo o monumento, intenção que passará, necessariamente, pelo envolvimento de instâncias do Poder Central e pela captação do interesse de investidores privados.

FERRAMENTAS

Mapa 1



LEGENDA:

- - MURALHA MUÇULMANA
- ▨ - MURALHA CRISTÃ

- ① - LOCAL DE IMPLANTAÇÃO DO PORTÃO NORTE
- ② - LOCAL DE IMPLANTAÇÃO DA PORTA DO SÉC. XVI
- ③ - LOCAL ONDE SE SITUOU A PORTA FALSA
- ④ - IGREJA DO CONVENTO DAS DOMINICANAS
- ⑤ - TORRE DE MERAGEM
- ⑥ - TORRE DO RELÓGIO
- ⑦ - TORRE DE SALÓGUA

ESCALA: 1:500

Bibliografia

- ALARCÃO, Jorge de *et alii*, *Moura na época romana*, Moura, Câmara Municipal de Moura, 1990.
- LOPES, David, «Os árabes nas obras de Alexandre Herculano», sep. do *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, vols. III e IV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1911.
- MACIAS, Santiago, «As muralhas medievais de Moura» in *Arquivo de Beja*, vol. III, 2ª série, 253-268, 1986.
- , «Cerâmica islâmica de Moura» in *Trabalhos de Arqueologia do Sul*, vol. II, Serviço Regional de Arqueologia do Sul (no prelo), 1987.
- NYKL, A. R., «Algunas inscripciones árabes de Portugal» in *Al-Andalus*, vol. V, fascículo 2, 399-410, 1940.
- TORRES BALBÁS, Leopoldo, *Las ciudades hispanomusulmanas*, s. 1., s.d..
- VITTERBO, Francisco de Sousa, *Diccionario histórico e documental dos architectos*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899.